A HORA MAIS NEGRA (1940)

Winston Churchill

Assim que clareou a manhã de 10 de Maio, começaram a chegar notícias terríveis. Os telegramas, em caixas a abarrotar, não paravam de chegar ao Almirantado[1], provenientes dos ministérios da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Os Alemães acabavam de desencadear o golpe que há muito tempo esperávamos e tinham invadido a Holanda e a Bélgica. As fronteiras tinham sido atravessadas em diversos pontos. A manobra do Exército Alemão para a invasão da Holanda e da Bélgica tinha-se iniciado em toda a sua amplitude.

Cerca das 10 horas, recebi a visita de sir Kingsley Wood, o qual, pouco antes, se avistara com o primeiro-ministro. Anunciou-me que o sr. Chamberlain estava inclinado a considerar que, devido à grande batalha que se desencadeara, era seu dever permanecer no seu posto. Kingsley Wood tinha retorquido que, bem pelo contrário, esta nova crise não sugeria senão uma maior necessidade de formação de um governo nacional, única forma de lhe fazer frente. Acrescentou que Chamberlain acabar por concordar com esta opinião. Às 11 horas, fui de novo chamado a Downing Street pelo primeiro-ministro, e aí fui encontrar, uma vez mais, lorde Halifax[2]. Tomámos lugar na mesa, em frente do sr. Chamberlain. Tinha-se convencido, disse-nos, que lhe era impossível formar um governo nacional. A resposta que recebera dos dirigentes do Partido Trabalhista não lhe deixara qualquer dúvida a este respeito. A questão era, portanto, saber a quem deveria aconselhar o rei a dirigir-se, logo que a sua própria demissão fosse aceite. Estava calmo, imperturbável, e parecia completamente alheado de qualquer incómodo pessoal. Olhava para nós, sentados do outro lado da mesa.

No decurso da minha vida pública, tomei parte em muitas entrevista importantes, mas esta foi, seguramente, a mais importante de todas. Habitualmente, sou bastante falador, mas desta vez mantive-me em silêncio. O sr. Chamberlain, era visível, tinha ainda presente a sessão tumultuosa da antevéspera, na Câmara dos Comuns, onde eu tinha parecido estar em violenta oposição aos trabalhistas. Na verdade, eu não tinha intervindo senão para o apoiar e defender. Mas ele pensava que, nessas circunstâncias, isso talvez me impedisse de obter a sua adesão. Não recordo exactamente as suas palavras, mas não queriam dizer outra coisa. O seu biógrafo, Feiling, escreveu, sem rodeios, que ele preferiria lorde Halifax. Como eu me mantinha mudo, seguiu-se um muito longo silêncio, o qual me pareceu sem dúvida mais prolongado do que os dois minutos de silêncio que observamos anualmente para comemorar o armistício. Por fim, lorde Halifax tomou a palavra. Disse que, não podendo, na sua qualidade de lorde, tomar lugar na Câmara dos Comuns, não poderia, senão a muito custo, desempenhar as funções de primeiro-ministro, ao longo de uma guerra como esta. Seria considerado responsável de tudo, mas não teria forma de dirigir os debates numa assembleia onde a confiança era essencial à existência de qualquer governo. Falou, neste sentido, durante alguns minutos. Assim que terminou, era evidente que o encargo de formar o novo gabinete ia recair sobre mim – de facto, já recaíra. Tomei então a palavra pela primeira vez. Declarei que não entraria em contacto com cada um dos partidos da oposição enquanto o rei não me encarregasse, oficialmente, de constituir um governo. Foi com estas palavras que se encerrou esta entrevista capital. Retomámos, seguidamente, o nosso tom habitual, distendido e familiar, próprio de homens que havia muitos anos trabalhavam juntos, e cuja existência, no exercício das suas funções e fora

[1] Desde 3 de Setembro de 1939 que Churchill assumira as funções de 1.º Lorde do Almirantado (equivalente a Ministro da Marinha), cargo que já havia desempenhado durante parte da 1.ª Guerra Mundial. (Nota do tradutor)

[2] Edward Wood, 1.º Conde de Halifax, era o ministro dos Negócios Estrangeiros em exercício. (Nota do tradutor)

delas, se tinha desenrolado na atmosfera amistosa da política britânica. Regressei então ao Almirantado, onde, como se imagina, muitas decisões me aguardavam ainda.

Os ministros holandeses estavam no meu gabinete. Abatidos e fatigados, com os olhos ainda cheios das imagens horríveis da invasão, acabavam de chegar, de avião, de Amesterdão. O seu país tinha sido atacado sem o mínimo pretexto e sem a mínima advertência. Uma avalancha de ferro e fogo havia sido despejada através das fronteiras. Assim que a resistência foi declarada e que os guardas-de-fronteira holandeses abriram fogo, um ataque aéreo massivo se abatera subitamente, deixando todo o país num estado de confusão indescritível. O plano de defesa, estabelecido desde havia muitos anos, tinha sido posto em execução, os diques tinham sido abertos e as águas tinham-se espalhado por toda a parte. Mas os Alemães já tinha rompido as primeiras linhas de defesa e irrompido, em massa, na calçada do açude que envolve o Zuider Zee. Poderíamos nós fazer alguma coisa para deter o flagelo? Felizmente, dispúnhamos de uma flotilha que não se encontrava muito longe do local. Foi expedida ordem para que abrisse fogo sobre o açude e batesse pelo fogo o maior número possível de tropas invasoras. A rainha ainda se encontrava na Holanda, mas não parecia possível que aí permanecesse muito mais tempo.

A seguir a esta reunião, o Almirantado enviou numerosas ordens a todos os nossos navios que se encontravam próximos da Holanda e foi instituída uma ligação estreita com a Marinha Real Holandesa. Mesmo depois da recente invasão da Noruega e da Dinamarca, os ministros holandeses pareciam incapazes de compreender como a grande nação germânica que, até à véspera, não lhes tinha manifestado senão sentimentos amistosos, e que se tinha empenhado, por um tratado, a respeitar a neutralidade da Holanda – tão rigorosamente mantida por esta última –, podia ter desencadeado, subitamente, um ataque aterrador e tão brutal. Uma hora ou duas foram consagradas a este assunto e a mais alguns outros. Uma enxurrada de telegramas chegava de todas as fronteiras que o avanço dos exércitos alemães ameaçava. Parecia que o velho *Plano Schlieffen*, actualizado pela sua extensão à Holanda, estivesse já em plena execução. Em 1914, a ala direita da invasão alemã estendera-se sobre toda a Bélgica, mas detivera-se na fronteira holandesa. Sabíamos muito bem, nessa época, que, se a guerra tivesse tido o seu início três ou quatro anos mais tarde, um grupo de exércitos suplementar teria sido aprontado e as vias de comunicação e instalações ferroviárias teriam sido adaptadas para preparar a invasão da Holanda. Agora, esse famoso movimento acabava de se desencadear, favorecido por todas estas instalações, assim como pelas vantagens conferidas pela surpresa e pela traição. Todavia, o curso dos acontecimentos ia precipitar-se. A manobra decisiva não seria um movimento torneante mas sim uma acção de ruptura através da linha principal. Ninguém, nem do nosso lado nem da parte francesa, que tivesse responsabilidades de comando, havia previsto semelhante eventualidade. No início do ano, eu tinha, numa entrevista que fora publicada, advertido os países neutrais da sorte que os ameaçava, e que era evidente, considerando a maneira como as tropas estavam posicionadas, o desenvolvimento das estradas e vias férreas, e os planos alemães que tinham sido apreendidos. Melindraram-se com as minhas palavras.

No espantoso estilhaçar desta imensa batalha, os propósitos tranquilos que nós tínhamos considerado em Downing Street sumiram-se ou passaram, no nosso espírito, para segundo plano. No entanto, recordo-me do seguinte: vieram dizer-me que o sr. Chamberlain tinha ido, ou estava prestes a ir, avistar-se com o rei, algo que já era esperado. Não tardou a chegar uma mensagem que me convocava a ir ao palácio às 18 horas. Para lá chegar de carro, não precisava, saindo do Almirantado, de mais do que dois minutos, passando pelo Mall.[3] Suponho que os jornais estivessem cheios de notícias terríveis vindas do Continente. Em todo o caso, ainda nada tinha transpirado acerca da crise ministerial. De resto, o público não tinha tido

[3] The Mall – avenida de Londres que liga o palácio de Buckingham com a rotunda adjacente à Praça de Trafalgar. (Nota do tradutor)

tempo para compreender todo o significado dos acontecimentos externos e internos e não havia nenhum ajuntamento às portas do palácio.

Churchill recebido por Jorge VI (cena do filme *Darkest Hour*)

Fui imediatamente levado à presença de Sua Majestade, que me recebeu com grande simpatia, pedindo que me sentasse. Durante alguns instantes, o rei perscrutou-me com o olhar, com um ar irónico, dizendo-me depois: «Suponho que desconhece o motivo de o ter chamado, não é verdade?» Respondi-lhe, no mesmo tom: «Sire, como é que podia saber?» Pôs-se a rir e disse-me: «Quero pedir-lhe que forme governo.» Respondi que, decerto, o faria.

O rei não tinha estipulado que o governo fosse de carácter nacional e compreendi que a missão de que estava incumbido não dependia, oficialmente, de tal condição. Todavia, tendo em atenção o que se tinha passado e as circunstâncias que tinham levado o sr. Chamberlain a solicitar a sua demissão, era evidente que um governo de carácter nacional era obviamente o único concebível. Se eu não tivesse conseguido entender-me com os partidos da oposição, nada, do ponto de vista constitucional, me teria impedido de tentar formar um governo, tão forte quanto possível, apelando a todos aqueles que estavam decididos a servir o país naquela hora de perigo, desde que tal governo dispusesse de uma maioria na Câmara dos Comuns. Disse ao rei que ia imediatamente convocar os chefes do Partido Trabalhista e do Partido Liberal, que me propunha constituir um gabinete de guerra de cinco ou seis ministros, e que esperava estar em condições de lhe remeter uma lista de pelo menos cinco nomes, antes da meia-noite. Com estas palavras, retirei-me e regressei ao Almirantado.

O sr. Attlee[4] veio falar comigo, conforme lhe havia pedido, entre as 7 e as 8 horas. Vinha acompanhado pelo sr. Greenwood. Disse-lhe que fora encarregado de formar governo e perguntei-lhe se o Partido Trabalhista desejava participar no mesmo. Respondeu-me afirmativamente. Declarei, então, que os trabalhistas deveriam preencher, no mínimo, um terço das pastas, e que teriam duas em cinco, ou talvez em seis, do gabinete de guerra. Pedi que me entregasse uma lista de nomes que, depois, nos permitiria discutir as atribuições específicas. Fiz menção dos senhores Bevin, Alexander, Morrison e Dalton, como personalidades que deveriam ser imediatamente chamadas a altas funções. Naturalmente, havia muito tempo que eu conhecia Attlee e Greenwood, da Câmara dos Comuns. Ao longo dos onze anos que antecederam a guerra, tinha-me encontrado, na situação mais ou menos independente que era a minha, muito mais vezes em conflito com o governo conservador ou o governo nacional do que com a oposição trabalhista ou liberal. Durante alguns instantes, conversámos

[4] Clement Attlee – líder do Partido Trabalhista e futuro primeiro-ministro. (Nota do tradutor)

agradavelmente. Depois, saíram para telefonar para Bournemouth[5], de modo a porem os seus amigos e correligionários ao corrente da situação, com os quais, de resto, se tinham mantido em permanente contacto, ao longo das últimas quarenta e oito horas.

Convidei o sr. Chamberlain a liderar a Câmara dos Comuns como lorde Presidente do Conselho. Fez-me saber da sua aceitação, por telefone, acrescentando que decidira fazer uma alocução radiodifundida, às 9 horas dessa mesma noite, na qual anunciaria a sua demissão e pediria a todos, instantemente, que apoiassem e auxiliassem o seu sucessor. O que fez em termos magnânimos. Pedi a lorde Halifax para integrar o gabinete de guerra, ao mesmo tempo que se manteria como ministro dos Negócios Estrangeiros. Cerca das 22 horas, enviei ao rei a lista dos cinco nomes que lhe havia prometido. A designação dos três ministros da área da defesa era uma urgente necessidade. Já tinha feito a minha escolha. Eden deveria ir para o ministério da Guerra, Alexander para o Almirantado e sir Archibald Sinclair, líder do Partido Liberal, para o ministério do Ar. Ao mesmo tempo, seria eu próprio a assumir o ministério da Defesa, sem ter ainda definido a sua esfera de acção e os seus poderes.

Foi assim que, na noite de 10 de Maio, no momento preciso em que se iniciava uma batalha formidável, assumi o supremo poder do Estado. A partir dessa data, exerci-o numa medida incessantemente mais activa, durante cinco anos e três meses de guerra mundial, após os quais, tendo-se rendido sem condições todos os nossos inimigos, ou estando prestes a fazê-lo, fui imediatamente exonerado pelo eleitorado britânico de continuar a tratar dos seus interesses.

No decurso destes tão pesados últimos dias da crise política, o meu coração não bateu mais depressa um só instante. Fui aceitando todos os acontecimentos tal como chegavam ao meu conhecimento. Mas não posso esconder ao leitor deste relato sincero que, quando me fui deitar, cerca das 3 horas da madrugada, experimentei uma profunda sensação de alívio. Tinha, finalmente, o poder de emitir directivas em todos os domínios. Tinha a impressão de caminhar na companhia do Destino, e parecia-me que toda a minha vida não havia sido senão a preparação para esta hora e para esta prova. Durante onze anos, tinha-me mantido apartado de toda a política governamental, o que me havia dispensado de tomar parte nas habituais lutas entre partidos. As advertências que eu fizera nos seis anos anteriores tinham sido tão numerosas, tão precisas, e estavam agora tão terrivelmente justificadas pelos acontecimentos, que ninguém hoje me podia contradizer. Não podia ser responsabilizado pela própria guerra nem pela impreparação do país. Achava que não me faltava experiência e estava seguro de não falhar. Consequentemente, por grande que fosse a minha impaciência para que chegasse a manhã seguinte, dormi um bom sono e não necessitei de nenhum sonho para me servir de consolo. A realidade é bem mais valiosa do que os sonhos.

In Winston Churchill, *The Second World War*

Tradução de David Martelo a partir da versão francesa da obra – *Mémoires sur la deuxième Guerre Mondiale – Vol. I – La "drôle de guerre"- 3 Septembre 1939 - 10 Mai 1940*, Plon, Paris, 1948, pp. 279-284.

Janeiro de 2018

[5] Cidade onde decorria a Conferência anual dos trabalhistas. (Nota do tradutor)